



São Paulo, 29 de agosto de 2022.

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Conselho de administração (ou a Diretoria) da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**, é representada pelo Diretor responsável Marcelo Simões Pato nos fundamentos da Resolução 3864/19 vem apresentar suas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2022, constando:

- a) Balanço Patrimonial,
- b) Demonstração de Resultado,
- c) Demonstração de Resultado abrangente,
- d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido,
- e) Demonstrações do fluxo de caixa.
- f) Notas Explicativas,

Esclarece que todos os Relatórios foram disponibilizados em nosso no sítio eletrônico da cooperativa "<https://www.gpativa.com.br/pagina/demonstracoes>" em 29/08/2022

Declaram que as informações relativas às Demonstrações e todos os demais documentos juntados ao presente são fidedignos e de responsabilidade dos gestores.

Mirella Basolli Gomiero  
Presidente do Conselho de Administração

Marcelo Simões Pato  
Diretor de Controladoria e Riscos

Valeria Machado da Costa Mesquita  
Contadora CRC 1SP 193.225/O-3





## Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

### Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>06/2022</b>	<b>12/2021</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>06/2022</b>	<b>12/2021</b>
<b>Circulante</b>		<b>98.769</b>	<b>98.769</b>	<b>Circulante</b>		<b>21.890</b>	<b>10.909</b>
Disponibilidades	3	217	37	Outras obrigações	9	21.890	10.909
Instrumentos financeiros							
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	23.975	29.601				
Operações de crédito	5	59.694	59.315				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(942)	(942)	<b>Não circulante</b>		<b>8.898</b>	<b>7.582</b>
Outros créditos	7	9.822	10.758	Provisões	10	8.898	7.582
<b>Não circulante</b>		<b>22.672</b>	<b>18.830</b>				
Realizável a longo prazo				<b>Patrimônio líquido</b>	11	<b>99.108</b>	<b>99.108</b>
Instrumentos financeiros				Capital social		64.812	74.270
Operações de crédito	4	22.729	18.175	Reserva legal		11.422	9.932
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(57)	(137)	Reserva para contingências		-	-
Imobilizado de uso	8	328	328	Sobras acumuladas		9.147	14.906
Intangível	8	1.414	1.414				
(-) Depreciações e amortizações	8	(1.011)	(950)				
<b>Total do ativo</b>		<b>116.169</b>	<b>117.599</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>116.169</b>	<b>117.599</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





## Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	06/2022	06/2021
<b>Nota</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
<b>Ingressos da intermediação financeira</b>	<b>10.891</b>	<b>9.287</b>
Operações de crédito	9.281	9.102
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.610	185
<b>Dispêndios da intermediação financeira</b>	<b>(201)</b>	<b>(331)</b>
Provisão para perdas em operações de crédito	(201)	(331)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>10.690</b>	<b>8.956</b>
Ingressos de prestação de serviços	11	9
Outros ingressos operacionais	527	1.046
Dispêndios administrativos	(1365)	(1.005)
Dispêndios de pessoal e honorários	(639)	(624)
Despesas Tributárias	(9)	(5)
<b>Resultado operacional</b>	<b>9.215</b>	<b>8.377</b>
Resultado não operacional	(1)	(2)
<b>Resultado antes da tributação</b>	<b>9.214</b>	<b>8.375</b>
Imposto de renda e contribuição social	(4)	(3)
Participações estatutárias nas sobras	(64)	(173)
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>9.146</b>	<b>8.199</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

**Demonstrações do resultado abrangente**

1º semestre de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	<u>06/2022</u>	<u>06/2021</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
<b>Sobra líquida dos exercícios</b>	<u>9.146</u>	<u>8.199</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente dos exercícios</b>	<u>9.146</u>	<u>8.199</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de sobras		Sobras acumuladas	Total
		Reserva legal	Reserva para contingências		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>69.721</b>	<b>7.352</b>	<b>469</b>	<b>8.793</b>	<b>86.335</b>
Aumento de reserva com sobras	-	862	169	(1.031)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	(7.762)	(7.762)
Integralizações de capital	19.138	-	-	-	19.138
Devoluções de capital	(14.589)	-	-	-	(14.589)
Utilização da reserva	-	(32)	-	32	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	17.506	17.506
Destinação da reserva legal	-	1.750	-	(1.750)	-
FATES – cooperados	-	-	(638)	(874)	(1.512)
FATES - não cooperados	-	-	-	(8)	(8)
<b>Saldos em 31 de junho de 2022</b>	<b>74.270</b>	<b>9.932</b>	<b>-</b>	<b>14.906</b>	<b>99.108</b>
Aumento de reserva com sobras	-	1.490	-	(1.490)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	-	-
Integralizações de capital	8.578	-	-	-	8.578
Devoluções de capital	(18.037)	-	-	-	(18.037)
Utilização da reserva	-	-	-	-	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	9.146	9.146
Destinação da reserva legal	-	-	-	-	-
FATES – cooperados	-	-	-	(13.414)	(13.414)
FATES - não cooperados	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de junho de 2022</b>	<b>64.811</b>	<b>11.422</b>	<b>-</b>	<b>9.146</b>	<b>85.380</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





## Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	<b>06/2022</b>	<b>06/2021</b>
	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>17.429</b>	<b>430</b>
Sobra ajustada do semestre/exercícios	10.207	8.541
Sobra líquida do exercício	9.147	8.199
Provisão para perdas em operações de crédito	999	331
Depreciações e amortizações	61	11
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível		
Provisões passivas		
Redução (aumento) nos ativos	7.222	(8.111)
Operações de crédito	(6.012)	(13.103)
Outros créditos	936	6.410
Aumento (redução) nos passivos	12.298	(1.418)
Provisões e outras obrigações		
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>63</b>
Aquisições de imobilizado de uso e intangível		63
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(5.515)</b>
Destinação para o FATES	(13.415)	(8.399)
Integralizações de capital	(9.458)	2.884
Devoluções de capital		
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.445)</b>	<b>(5.022)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.637	20.249
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>24.192</b>	<b>15.226</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





## **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

## **1 Contexto operacional**

A **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí** (“Cooperativa”) fundada em 14 de outubro de 1974, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, sem fins lucrativos a mesma adquiriu personalidade na data de 2 de abril de 1975, através do registro sob nº 46.277.273/0001-89.

A Cooperativa está sediada na Alameda Lorena, nº 58, em São Paulo SP e tem sua área de ação limitada às dependências das sociedades que compõem ou venham a compor o Grupo Pão de Açúcar, em todo território nacional;

Tem por objetivo a educação cooperativista e assistência financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Cooperativa não encontrou fatos e eventos para tomada de providências relacionadas às formas de trabalho ou que exigisse as ações e posicionamentos específicos que pudesse impactar as demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício **1º semestre de 2022**.



## 2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

### a **Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento.

Em 30 de maio de 2019, o BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.720/2019, que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Em virtude das disposições previstas na resolução, a Cooperativa passou a divulgar as Demonstrações do Resultado Abrangente em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em 4 de setembro de 2019, o BACEN emitiu a Circular BCB nº 3.959/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, posteriormente consolidada pela Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras.

As principais alterações foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa.

### b **Descrição das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### b.1 **Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.





**b.2 Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão por desvalorização de outros valores e bens, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

**b.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

**b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários**

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

**b.5 Instrumentos financeiros**

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

**b.6 Operações de crédito**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

**b.7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).



**b.8 Investimentos**

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição

**b.9 Imobilizado de uso**

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

**b.10 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

**b.11 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

**b.12 Provisões**

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**b.13 Demais ativos e passivos**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**b.14 Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a





possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

**b.15 Segregação de ativos e passivos**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

**b.16 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

**b.17 Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.



### 3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, aplicações financeiras (nota 4), são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

<b>Descrição</b>	<b>06/2022</b>	<b>12/2021</b>
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	217	37
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>23.975</u>	<u>29.601</u>
	<u><b>24.192</b></u>	<u><b>29.638</b></u>

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

### 4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

<b>Descrição</b>	<b>06/2022</b>	<b>12/2021</b>
Letras Financeiras do Tesouro	<u>23.975</u>	<u>29.601</u>

Foi registrado no resultado do exercício, em aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 1.610 1º semestre/22.



## 5 Operações de crédito

### a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	06/2022			12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	59.694	22.729	82.423	59.315	18.175	77.490

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendas no montante de R\$ 11.526 (~~R\$ 18.816 em 2021~~).

### b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	06/2022	12/2021
		Total	Total
A	0,5	81073	75.674
B	1,0	345	-
C	3,0	-	449
D	10,0	213	345
E	30,0	176	285
F	50,0	201	156
G	70,0	-	202
H	100,0	415	379
		<b>82.423</b>	<b>77.490</b>





### **C Créditos baixados como prejuízo**

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2022, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 296 (R\$ 903 no exercício de 2021). No 1º semestre de 2022, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 186 (R\$ 351 em 2021), registrados em outros ingressos operacionais.

## **6. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

### **a Composição por tipo de operação**

<b>Descrição</b>	<b>06/2022</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(942)</u>	<u>(57)</u>	<u>(999)</u>

<b>Descrição</b>	<b>12/2021</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(942)</u>	<u>(137)</u>	<u>(1.079)</u>





**b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	<u>06/2022</u>	<u>12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.079)</b>	<b>(789)</b>
Créditos baixados para prejuízo	5.763	390
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(5.689)	(689)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 12)	9	9
<b>Saldo final</b>	<b>(999)</b>	<b>(1.079)</b>

## 7 Outros créditos

<u>Descrição</u>	<u>06/2022</u>	<u>12/2021</u>
Títulos e créditos a receber (i)	9.499	10.465
Diversos:		
Adiantamentos e antecipações salariais		5
Adiantamento por conta de imobilizações	317	284
Devedores diversos	6	4
	<b>9.822</b>	<b>10.758</b>

(i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.



## 8 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação/ Amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	06/2022	12/2021
				Líquido	Líquido
<b>Imobilizado de uso</b>					
Instalações	10%	156	(66)	90	98
Móveis e equipamentos de uso	10% / 20%	172	(78)	94	105
		<b>328</b>	<b>(125)</b>	<b>184</b>	<b>203</b>
<b>Intangível</b>					
Software	12,5% / 33%	834	(288)	546	589
Projeto expansão	33%	580	(580)	-	-
		<b>1.414</b>	<b>(825)</b>	<b>589</b>	<b>589</b>
		<b>1.742</b>	<b>(950)</b>	<b>729</b>	<b>792</b>





## 9 Outras obrigações

<b>Descrição</b>	<b>06/2022</b>	<b>12/2021</b>
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	43	28
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	21.350	10.411
Quotas de capital a pagar	257	256
	<u>21.607</u>	<u>10.667</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	79	88
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	165	125
Credores diversos no País	7	1
	<u>172</u>	<u>126</u>
	<b><u>21.901</u></b>	<b><u>10.909</u></b>

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 11b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.



## 10 Provisões

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2021</b>
Provisão para outras contingências (i)	31	31
Provisão para contingências (ii)	8.855	4.667
	<b>8.886</b>	<b>4.698</b>

- (i) A Cooperativa é ré em 1 (uma) demanda discutida na esfera judicial, sendo o processo de natureza cível, com valor total de R\$ 50, em 31 de dezembro de 2021, classificados pelo seu assessor jurídico como perda provável, sobre a qual a administração da Cooperativa optou, em constituir provisão no valor de R\$ 31.
- (ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou, através de trabalho específico e de terceiros especialistas, pagamentos indevidos e a maior de tributos federais de exercícios anteriores, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado o montante de R\$ 8.855 (R\$ 1.304 no 1º semestre em 2022) referente a tributos já compensados, mas ainda não homologados pela Receita Federal.

## 11 Patrimônio líquido

### a Capital social

É representado pelas integralizações de 69.132 e 81.589 cooperados em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro 2021, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

No 1º semestre de 2022, a Cooperativa reduziu seu capital social no montante de R\$ 9.458 proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 64.812 em 30 de junho de 2022 e de R\$ 74.270 em 31 de dezembro de 2021.





**b Destinações estatutárias e legais**

As sobras apuradas nos exercícios de 06/2022 e de 12/2021, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

<b>Descrição</b>	<b>06/2022</b>	<b>12/2021</b>
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	9.146	17.506
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (i)		(1.750)
FATES (ii)		(874)
Transferido para FATES (iii)		(8)
Reversão da reserva legal (iv)		32
Sobras à disposição da Assembleia Geral	<b>9.146</b>	<b>14.906</b>

(i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, não ocorreu provisão no 1º semestre;

(ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade, não ocorreu provisão no 1º semestre (nota 9(i)).

(iii) Transferência de resultado de ato não cooperativo das sobras para o FATES.

(iv) Reversão da Reserva Legal para as sobras, referente ao plano de expansão.

**c Sobras (perdas) acumuladas**

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) só ocorre provisão e destinação no encerramento do ano.



## 12 Dispêndios administrativos

Descrição	06/2022	12/2021
	Exercício	Exercício
Despesas de Cost Sharing (i)	(348)	(696)
Serviços técnicos especializados	(233)	(448)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(469)	(438)
Despesas OCESP	(154)	(146)
Outros	(161)	(161)
	<b>(1.365)</b>	<b>(1.889)</b>

(i) Refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa dos serviços prestados pelo Grupo Pão de Açúcar - GPA.

## 13 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## 14 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no 1º semestre do exercício de 2022.

## 15 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:



#### Diretoria

	<u>06/2022</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>12/2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Capital Social	10	64.812	0,02%	10	74.270	0,01%

#### Conselho de administração

	<u>06/2022</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>12/2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Capital Social	26	64.812	0,04%	26	74.270	0,03%

#### Conselho fiscal

	<u>06/2022</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>12/2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Empréstimos	42	82.468	0,05%	42	77.490	0,05%
Capital Social	33	64.812	0,04%	33	74.270	0,04%

#### Gerência

	<u>06/2022</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>12/2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Capital Social	4	64.812	0,01%	4	74.270	0,01%
Remuneração	327	-	-	327	-	-

## 16 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

## 17 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.



**a Risco operacional**

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

**b Diretoria Executiva**

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.

**Diretor Responsável**

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

**c Gestor de Risco Operacional**

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.

**d Risco de mercado**

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação



nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

**e Diretoria Executiva**

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

**f Diretor Responsável**

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

**g Gestor de Risco de Mercado**

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.

Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

**h Risco de crédito**

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.



As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela “Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.

**i Risco de liquidez**

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações”.

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro.

**j Risco socioambiental – PRSA**

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

**k Risco de Capital**

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Cooperativa Clássica), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

---

**Mirella Basolli Gomiero**  
Presidente do Conselho de Administração  
CPF 038.102.026-65

---

**Valeria Machado da Costa Mesquita**  
Contadora CRC 1SP 193.225/O-3  
CPF: 175.992.918-22

\*\*\* fim \*\*\*